

realização do cadastramento previdenciário dos inativos (aposentados) e pensionistas vinculados ao IPASIC com realização de prova de vida - ano de 2025, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não houve qualquer alteração nos meus dados cadastrais junto ao IPASIC, desde o último cadastramento, realizado em 2024, até a presente data.

Iconha-ES, em ____ de _____ de 2025.

Assinatura

Art. 9º da lei nº 034/1992

I - O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - Os pais;

III - O irmão não emancipado de qualquer condição menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.

1º - Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições e a existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. (Redação *dada pela Lei nº 158 de 11 de novembro de 1997*)

Art. 18 - Extingue-se o direito do beneficiário a pensão:

I - Pelo falecimento; **II - Pelo casamento;** III - Pela cessação da incapacidade ou invalidez; IV - Pela opção nos termos do parágrafo único do artigo 15 desta Lei; **V - Quando o beneficiário passar a conviver como companheiro, presente qualquer das condições previstas nos parágrafo 5º e 6º do artigo 9º desta;** VI - Em geral, pela cessação das condições inerentes à qualidade de beneficiário.

Protocolo 1635899

Consórcio Público PRODNORTE

Convocação

CHAMADA PARCIAL DOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO 01/2024

Os membros da comissão de processo seletivo simplificado instituída pela portaria 018/2023 do CONSÓRCIO PRODNORTE,

Considerando a divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2024, publicado em 05 de fevereiro de 2024, edição 2.449, pág.352/354 <https://ioes.dio.es.gov.br/dom>;

Considerando que a homologação deverá ser com a apresentação dos títulos dos classificados;

Considerado a PORTARIA Nº 002, DE 26 FEVEREIRO DE 2025, que prorrogou o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, Edital 01/2024

Considerando o afastamento excepcional e transitório do quadro de funcionário de veterinário deste consórcio;

DECIDEM

1) A chamada para a apresentação dos títulos declarados na inscrição e demais documentos previstos será no dia **22 de setembro de 2025 de 09 às 11 horas.**

2) A não apresentação dos referidos títulos na data e horário estipulados acarretará na



Autenticar documento em <https://spl.camaraalfredochoaves.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 310031003000310039003A00540052004100. Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

reclassificação do candidato, conforme prevê o edital no item 8.3.

3) Segue a lista dos convocados:

CARGO - MEDICO VETERINARIO				
CLASSIF.	Nº INSC	NOME	CARGO	PONTUAÇÃO
3º	18	RAPHAEL COMERIO	MÉDICO VETERINÁRIO	9,10

Pinheiros/ES, 18 de setembro de 2025.

Marcelo Oliveira Almeida Brito
Presidente

Naiara Lopez
Membro
Protocolo 1635432

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - ARIES

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 023, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 - DIRETORIA COLEGIADA

Dispõe sobre o reajuste das tarifas de água, esgoto e demais preços cobrados pelo SAAE de Alfredo Chaves.

A DIRETORIA COLEGIADA DA ARIES, no uso de suas atribuições, considerando a competência atribuída ao Conselho Superior de Regulação da ARIES, conforme o disposto no art. 29, caput, II do Estatuto Social da agência, considerando as deliberações do conselho em reunião ocorrida em 17 de setembro de 2025, na qual foi apreciada a Nota Técnica nº 010/2025 - Reajuste Tarifário do SAAE de Alfredo Chaves, Espírito Santo, e considerando a competência prevista no art. 23-B, I do Estatuto Social da agência,

1) o disposto na Cláusula Nona, parágrafo único, I do Contrato de Consórcio da ARIES, segundo o qual "as competências dos titulares consorciados ou conveniados, mencionadas no caput desta Cláusula, e cujo exercício se transfere à ARIES, incluem, dentre outras atividades: I - edição de atos normativos, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, ou outra norma que vier a modificá-la ou substituí-la, bem como seus regulamentos respectivos";

2) o disposto no art. 29, caput, IV do Estatuto Social da agência, segundo o qual "compete ao Conselho de Regulação (...) IV - deliberar e sugerir, quando for o caso, sobre a revisão, reajuste e instituição de novos valores das taxas, tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico";

3) que o Município de Alfredo Chaves é devidamente consorciado à agência, o que se deu por meio da Lei Municipal nº 776, de 16 de dezembro de 2021, e que foi formalizado o Contrato de Programa nº 03/2022, entre a ARIES e o SAAE, para o exercício da atividade regulatória dos serviços de água e esgoto;

4) que o SAAE de Alfredo Chaves, responsável pelos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário daquele município solicitou

reajuste dos valores das tarifas de água e esgoto e demais preços cobrados por si;
5) a deliberação do Conselho Superior de Regulação da ARIES ocorrida na reunião de 17 de setembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas de água e demais preços públicos com a aplicação do percentual de 12,65% (doze inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) linearmente, aos atuais valores praticados pelo SAAE de Alfredo Chaves, em todas suas categorias e faixas de consumo, referente ao período de fevereiro/2023 a julho/2025.

Art. 2º Fica mantida a matriz tarifária de esgoto, mantendo-se o percentual de 50% do valor da tarifa de água.

Art. 3º Para fins de divulgação deste reajuste tarifário, o SAAE de Alfredo Chaves afixará tabela com os novos valores estabelecidos nesta resolução em local de fácil acesso do seu setor de atendimento ao público e em seu sítio na internet.

Art. 4º O SAAE de Alfredo Chaves deverá obedecer ao prazo mínimo de 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução, conforme determina o art. 39 da Lei Federal nº 11.445, para iniciar as leituras/medições, visando a emissão das respectivas contas/faturas com os valores revisados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação

Vitória, 17 de setembro de 2025.

ANDRÉ LUIZ TOSCANO DÁLMASIO
Diretor Geral

ALINI TREGNAGO CAMPONÊS
Diretora de Regulação e Fiscalização

DÉBORA DA ROCHA MELLO GOMES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 1634779

RESOLUÇÃO Nº 024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025
- DIRETORIA COLEGIADA

Dispõe sobre o reajuste das tarifas de água, esgoto e demais preços cobrados pelo SAAE de João Neiva.

A DIRETORIA COLEGIADA DA ARIES, no uso de suas atribuições, considerando a competência atribuída ao Conselho Superior de Regulação da ARIES, conforme o disposto no art. 29, caput, II do Estatuto Social da agência, considerando as deliberações do conselho em reunião ocorrida em 17 de setembro de 2025, na qual foi apreciada a Nota Técnica nº 011/2025 - Reajuste Tarifário do SAAE de João Neiva, Espírito Santo, e considerando a competência prevista no art. 23-B, I do Estatuto Social da agência,
1) o disposto na Cláusula Nona, parágrafo único, I do Contrato de Consórcio da ARIES, segundo o qual "as competências dos titulares consorciados ou conveniados, mencionadas no caput desta Cláusula, e cujo exercício se transfere à ARIES, incluem, dentre outras atividades: I - edição de atos normativos, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei

Federal nº 11.445, de 2007, ou outra norma que vier a modificá-la ou substituí-la, bem como seus regulamentos respectivos";

2) o disposto no art. 29, caput, IV do Estatuto Social da agência, segundo o qual "compete ao Conselho de Regulação (...) IV - deliberar e sugerir, quando for o caso, sobre a revisão, reajuste e instituição de novos valores das taxas, tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico";

3) que o Município de João Neiva é devidamente consorciado à agência, o que se deu por meio da Lei Municipal nº 3.461, de 30 de novembro de 2022, e que foi formalizado o Contrato de Programa nº 09/2023, entre a ARIES e o SAAE, para o exercício da atividade regulatória dos serviços de água e esgoto;
4) que o SAAE de João Neiva, responsável pelos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário daquele município solicitou reajuste dos valores das tarifas de água e esgoto e demais preços cobrados por si;

5) a deliberação do Conselho Superior de Regulação da ARIES ocorrida na reunião de 17 de setembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas de água e demais preços públicos com a aplicação do percentual de 11,71% (onze inteiros e setenta e um centésimos por cento) linearmente, aos atuais valores praticados pelo SAAE de João Neiva, em todas suas categorias e faixas de consumo, referente ao período de março/2023 a julho/2025.

Art. 2º Fica mantida a matriz tarifária de esgoto, mantendo-se o percentual de 50% do valor da tarifa de água.

Art. 3º Para fins de divulgação deste reajuste tarifário, o SAAE de João Neiva afixará tabela com os novos valores estabelecidos nesta resolução em local de fácil acesso do seu setor de atendimento ao público e em seu sítio na internet.

Art. 4º O SAAE de João Neiva deverá obedecer ao prazo mínimo de 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução, conforme determina o art. 39 da Lei Federal nº 11.445, para iniciar as leituras/medições, visando a emissão das respectivas contas/faturas com os valores revisados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação

Vitória, 17 de setembro de 2025.

ANDRÉ LUIZ TOSCANO DÁLMASIO
Diretor Geral

ALINI TREGNAGO CAMPONÊS
Diretora de Regulação e Fiscalização

DÉBORA DA ROCHA MELLO GOMES
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 1634783



Autenticar documento em <https://spl.camaraalfredochaves.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 310031003000310039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.